águas do vouga

RELATÓRIO E CONTAS

2025



ÍNDICE

1	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	4
2	MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
3	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
4	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	8
5	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	9
6	SINTESE DE ATIVIDADE EM 2025	10
7	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	23
8	PERSPETIVAS PARA O FUTURO	25
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
10	OUTRAS INFORMAÇÕES	27
11	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	28

FOLHA DE ASSINATURAS:

FAUSTO MANUEL MELO DE OLIVEIRA (**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)**	Assinado por : **Fausto Manuel Melo de Oliveira** Num. de Identificação: 05201394 Data: 2026.07.29 13:25:52+01'00'
ANTÓNIO MANUEL PAREDES PEREIRA DA CUNHA **(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)**	Assinado por: **António Manuel Paredes Pereira da Cunha** Num. de Identificação: 09277498 Data: 2026.07.29 15:28:33+01'00'
CARLOS ALBERTO SILVA RODRIGUES **(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)**	Assinado por: **Carlos Alberto da Silva Rodrigues** Num. de Identificação: 12094459 Data: 2026.07.29 15:51:14+01'00'
MARCO ANTONIO LUIS GONÇALVES OLIVEIRA DA COSTA **(CONTABILISTA CERTIFICADO)**	

1 SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

		2023	2024	**2025**
Capital Social	**Eur**	3 250 000	3 250 000	**3 250 000**
Capital Próprio	**Eur**	7 010 408	7 473 188	**8 268 802**
Ativo Líquido Total	**Eur**	9 844 387	10 342 853	**12 198 781**
Investimento	**Eur**	96 643	50 401	**85 932**
Volume de Negócios	**Eur**	8 814 344	9 108 243	**10 346 690**
EBITDA Ajustado (*Cash Flow* Operacional)	**Eur**	5 279 243	5 894 503	**6 889 926**
EBIT (Resultado Operacional)	**Eur**	4 086 413	4 688 075	**5 624 176**
Resultados Antes de Impostos	**Eur**	4 102 429	4 711 149	**5 713 502**
Resultado Líquido do Exercício	**Eur**	3 110 408	3 573 188	**4 368 802**
Rentabilidade dos Capitais Próprios	**%**	44%	48%	**53%**
Rentabilidade do Ativo	**%**	32%	35%	**36%**
Autonomia Financeira	**%**	71%	72%	**68%**
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	**nº**	14	14	**16**

EBITDA Ajustado= Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

2 MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão "em alta" que foi objeto de um concurso público internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios das mais baixas do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o indicador água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2025 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 4.368.802 que representa um acréscimo de 22,3% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT teve também um acréscimo de 20%. Estes resultados são consequência dos aumentos de Vendas e prestações de serviços e diminuição da rúbrica CMVMC.

Com o contrato de concessão a terminar em 2026, o principal objetivo para este ano será, como vem sendo histórico, continuar a garantir a quantidade e qualidade da água que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II.

A empresa fornece água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes.

Uma nota final para referir que, na linha dos últimos anos, em 2025 não se verificaram acidentes de trabalho.

O Presidente do Conselho de Administração

Fausto Manuel Melo de Oliveira

3 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carvoeiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga) atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos.
O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01 de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que integraram a Associação.
É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.
Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

A empresa **Águas do Vouga, S.A.** foi constituída em Abril de 1996 com um capital de 3.250.000€ , integralmente realizado e detido a 100% pela **AQUAPOR**, em resultado de adjudicação de concurso público internacional para a: "Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, Elevação, Transporte e Armazenamento principal do Sistema Regional do Carvoeiro", por um período de 20 anos. Com o primeiro aditamento esse período foi perlongado por mais 10 anos.



Municípios Abrangidos

Águeda, Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos

População Abrangida

280.000 habitantes

Principais Infraestruturas

1 Captação superficial
1 Captação subterrânea
(2 poços + 11 furos)

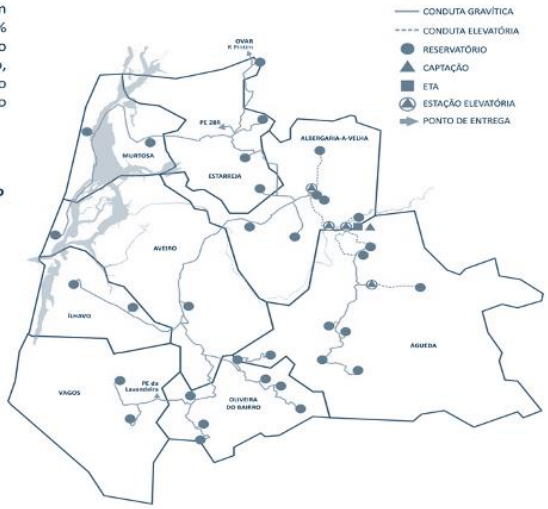
1 Estação de Tratamento de Água
(2.286 m3/h)

4 elevatórias e 1 Booster

19 Reservatórios (35.850 m3)

34 Pontos de Entrega

221 km de rede



3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia Geral:

Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Presidente;
Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

- Conselho de Administração:

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;
Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha, Administrador;
Eng. Carlos Alberto Silva Rodrigues, Administrador.

- Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro
Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

4 MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente.

4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e profissionalismo
- Espírito de equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2025 manteve-se como mais um ano de continuidade no cumprimento do contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.
A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.



6 SINTESE DE ATIVIDADE EM 2025

ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Geral

O exercício de 2025 decorreu num contexto económico internacional ainda marcado por elevada incerteza, associada à persistência de tensões geopolíticas, nomeadamente o conflito na Ucrânia e a instabilidade no Médio Oriente. Apesar destes fatores, os mercados financeiros apresentaram maior estabilidade face aos anos anteriores, com impacto mais contido nos preços da energia e das matérias-primas.

Na área do euro, a inflação continuou o seu percurso de desaceleração, aproximando-se gradualmente do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu. Este enquadramento permitiu uma orientação menos restritiva da política monetária, traduzida numa redução gradual das taxas de juro diretoras, com efeitos positivos nas condições de financiamento da economia.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores médios no fim do período):

	2023	2024	**2025**
Euribor 1M	3,17%	3,60%	1,99%
Euribor 3M	3,35%	3,61%	2,11%
Euribor 6M	3,56%	3,53%	2,15%
Euribor 12M	3,85%	3,31%	2,16%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa manteve uma trajetória de crescimento moderado em 2025, beneficiando sobretudo da dinâmica da procura interna. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento em torno de 2,0%, refletindo a recuperação do consumo privado, apoiada pelo aumento do rendimento real das famílias, e a evolução favorável do investimento, em particular associado à execução de fundos europeus.

O contributo do setor externo manteve-se mais contido, num contexto de menor crescimento dos principais parceiros comerciais, ainda assim com a balança corrente a permanecer globalmente equilibrada.

O mercado de trabalho apresentou-se resiliente ao longo do período, com níveis de emprego próximos de máximos históricos. A taxa de desemprego manteve-se em valores reduzidos e relativamente estáveis, refletindo a solidez da atividade económica, ainda que com sinais de moderação no ritmo de criação de emprego.
A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Harmonizado (IHPC), continuou a desacelerar em 2025, situando-se em média em torno de 2,2%, refletindo a normalização dos preços da energia e a menor pressão sobre os custos de produção. Esta evolução contribuiu para a recuperação do poder de compra das famílias e para um ambiente económico mais previsível.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base nos dados Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2023	2024	2025
PIB	2,5%	2,1%	2,0%
IPC	4,3%	2,4%	2,1%
IHPC	5,3%	2,7%	2,2%
Desemprego	6,5%	6,4%	6,2%
Consumo Privado*	2,0%	3,0%	3,6%
Consumo Público*	0,6%	1,5%	1,6%
Exportações*	3,5%	3,1%	1,1%
Importações*	1,7%	4,8%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

* Dados Dezembro de 2025

ENQUADRAMENTO DO SETOR 2025

Ao nível nacional, encontra-se em curso o ciclo de planeamento estratégico PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2025, existem atualmente em Portugal 352 entidades gestoras, das quais 222 com atividade de abastecimento público de água, 223 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caraterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2025), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (173) e de população (4,9 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em "alta", o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 6,9 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	9
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	4	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	**19**	**12**	**23**

Fonte: ERSAR, RASARP, 2025

Na vertente da "baixa", existem em Portugal 214 entidades no abastecimento de água e 237 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 6 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,4 milhões de habitantes e 136 concelhos, assim como os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes e 27 concelhos, seguindo-se as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,2 milhões de habitantes e 68 concelhos, e as concessões municipais, com cerca de 1,6 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,0 milhões de habitantes e 138 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,5 milhões de habitantes em 25 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes em 67 concelhos, as concessões municipais, com 1,4 milhões de habitantes em 21 concelhos, e as parcerias Estado/Municípios, com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos.

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	23	21	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	30	28	20
Associações de Municípios	-	1	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	21	20	9
Serviços Municipais	135	138	206
TOTAL	**214**	**211**	**237**

Fonte: ERSAR, RASARP, 2025

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, a acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2025).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	96%
Área predominantemente rural	94%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	98%
Área mediamente urbana	91%
Área predominantemente rural	79%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2025

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2025 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

- Abastecimento de água – ocorrência de falhas no abastecimento, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço, água não faturada, reabilitação de condutas, ocorrência de avarias em condutas, perdas reais de água, eficiência energética de instalações elevatórias e produção própria de energia.
- Saneamento de águas residuais – ocorrência de inundações, resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos, adesão ao serviço por rede fixa, reabilitação de coletores, ocorrência de colapsos estruturais em coletores, monitorização da condição de coletores, eficiência energética de instalações elevatórias, produção de água para reutilização, produção própria de energia, controlo de descargas de emergência e de tempestade e controlo de descargas de emergência e de tempestade.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 23 concessões existentes, a Aquapor detém 8, representando 41% em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

Entidades Gestoras – Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m^3)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	**8**	**340**	**45 092**	**15,0**
Concessões Municipais	23	822	96 259	14,8
País	214	5 730	849 905	26,4

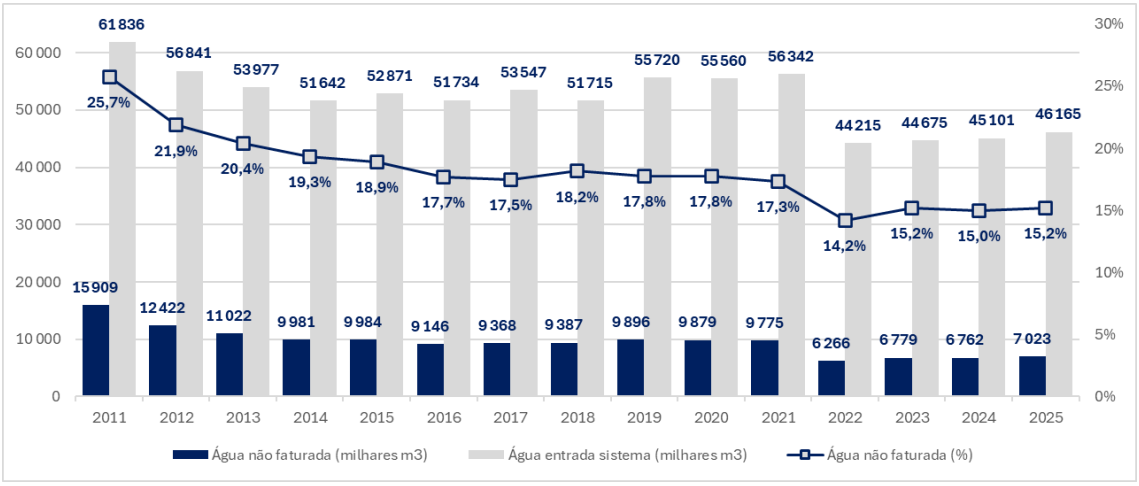
Fonte: ERSAR, RASARP, 2025

Quanto à água não faturada, segundo o RASARP 2025, a média continental foi de 26,4% referente ao ano 2024, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 15,0% no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2025, em que o nível de água não faturada foi de 15,2%.

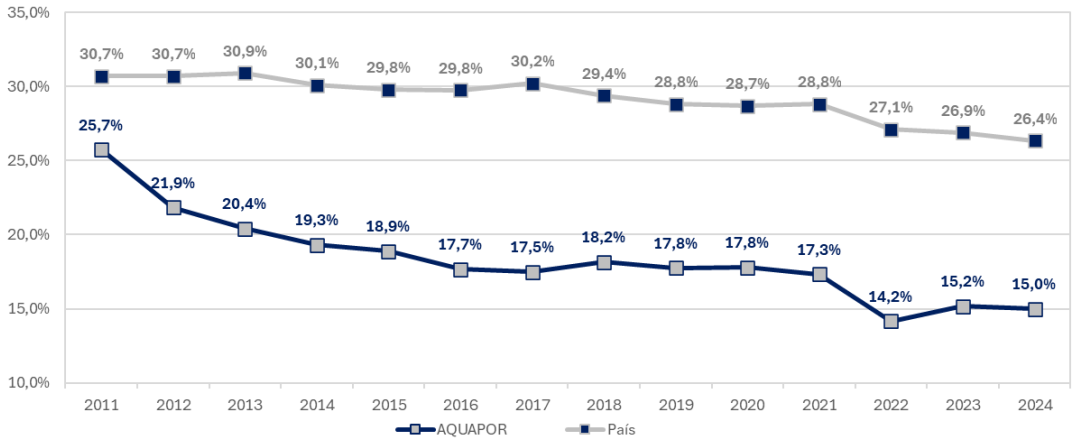
De referir que a descida dos volumes e número de clientes desde 2021 se deve ao término de duas das concessões do grupo: Águas do Sado, em 2022 e Águas do Lena, em 2023.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342	44 215	44 675	45 101	46 165
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775	6 266	6 779	6 762	7 023
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8 %	17,8 %	17,3 %	14,2 %	15,2 %	15,0 %	15,2 %
Clientes (nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 53 6	401 642	403 810	408 060	344 067	338 983	341 732	345 025

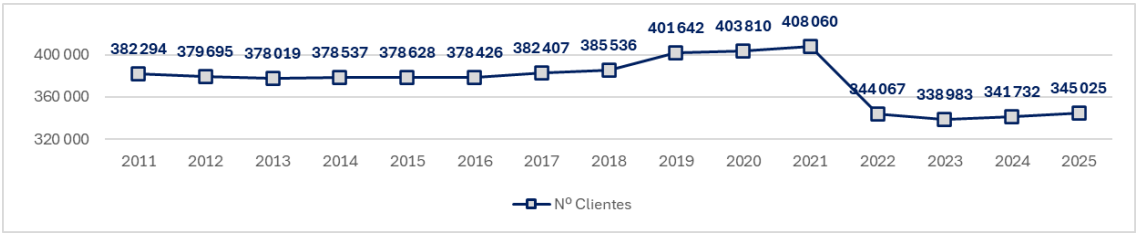
(*) Valores em milhares m^3



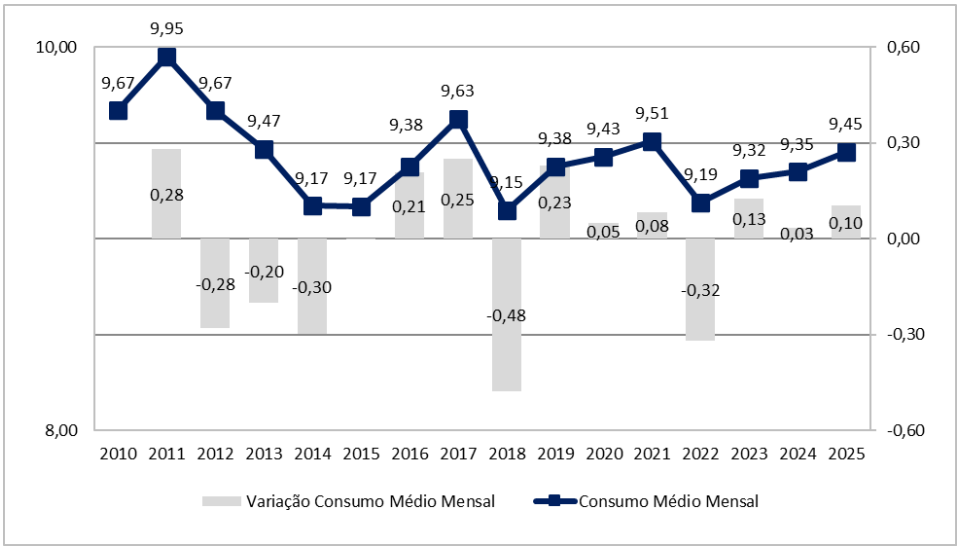
No gráfico seguinte efetua-se a comparação da evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos, de acordo com os dados disponíveis no RASARP 2025.



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução crescente contínua do número de clientes registada nos últimos anos, apenas invertida em 2022 e 2023 devido ao término das duas concessões já referenciadas.



Quanto ao consumo, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um aumento de 0,10 m^3/Cliente/mês, situando-se em 9,45 m^3/Cliente/mês.



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2025

FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.
Do ano de 2025, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, sem registo de factos negativos com relevância.
O consumo de água foi de 15 302 239 m3, acima do consumo mínimo e do verificado no ano de 2024.
O ano foi marcado pela existência do apagão nacional. Este evento foi alvo de relatório próprio para análise de funcionamento do SRC no decorrer do mesmo e inventariação de propostas de ações de melhorias e resiliência em eventuais situações futuras.
No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de Água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico.
O 2.º aditamento ao contrato de concessão aguarda escritura pública. Têm sido aplicados pressupostos (tarifa e renda) acordados com a Concedente, que terão de ser vertidos na minuta final. Refira-se que em 2023, a ERSAR emitiu parecer favorável à minuta e ao EVEF, respetivos.

Não se verificaram acidentes de trabalho, em linha com o histórico.

DESEMPENHO DA EMPRESA

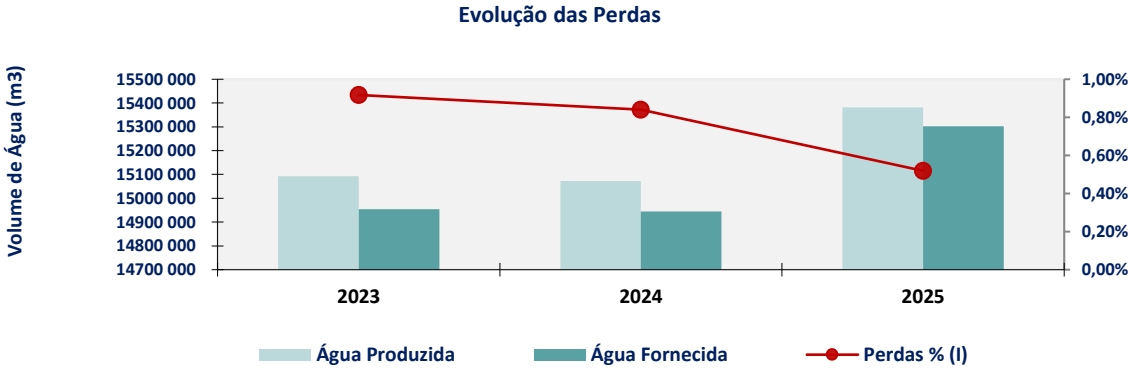
O volume de água vendida foi de 15 302 239 m3 acima do consumo mínimo e acima do verificado no ano de 2024.

Volume de Água (m3)

	2023	2024	2025	Var. %
Água Produzida	15 093 081	15 071 805	**15 382 092**	2%
Água Fornecida	14 954 614	14 945 107	**15 302 239**	2,39%
Perdas % (l)	**0,92%**	**0,84%**	**0,52%**	**-38%**

(l) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

EXPLORAÇÃO DO SISTEMA



PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade, Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas.
	Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos.
	Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações.
	Aprovações e Renovações de licenciamentos de Equipamentos Sob Pressão (ESP).

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Fornecer água com qualidade	Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto.
	Limpeza e desinfeção de reservatórios.
	Monitorização da qualidade da água.

ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas.
Otimizar Custos	Aquisição de dados e informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de instalações elevatórias. Substituição de 2 grupos eletrobomba com maior eficiência na Estação Elevatória para Reservatório do Beco.
Caudal consumido a 100% do caudal previsto	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências.
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias.

OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio.

MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2025.

O PCQA-Programa de Controlo de Qualidade da Água para o ano de 2025, encontra-se aprovado pela ERSAR. Este PCQA, teve em consideração alterações resultantes da publicação do Decreto-Lei 69/2023.

Foram realizadas aproximadamente 3600 determinações a mais de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 32 mil Eur, que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.

O valor médio de trialometanos (18,7 µg/L) aumentou ligeiramente em relação a 2024, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2025 ascendeu a 10.346.690 euros repartidos da seguinte forma:

Vendas e Prestações de Serviços

	2023	2024	**2025**	**Var. %**
Venda de Água	8 814 098	9 108 038	**10 346 393**	14%
Prestação Serviços	246	204	**297**	45%
Total de Volume de Negócios	**8 814 344**	**9 108 243**	**10 346 690**	**14%**

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada) ficou acima do caudal mínimo, tendo atingido, pela primeira vez, o 2.º escalão de desconto.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9 175 396	2 696 649	0,29
2010	9 303 897	2 835 935	0,30
2011	9 655 419	3 009 594	0,31
2012	9 523 241	3 056 008	0,32
2013	9 597 701	3 405 609	0,35
2014	8 691 889	3 409 082	0,39
2015	11 188 654	5 379 272	0,48
2016	14 439 700	6 111 163	0,42
2017	14 442 822	6 273 663	0,43
2018	14 025 982	6 344 957	0,45
2019	14 055 538	6 734 739	0,48
2020	14 239 321	6 972 103	0,49
2021	14 333 162	7 137 574	0,50
2022	14 353 780	7 645 160	0,53
2023	14 954 614	8 814 098	0,59
2024	14 945 107	9 108 038	0,61
2025	15 302 239	10 346 690	0,68
Variação 25/24	**-0,06%**	**3,33%**	**3,40%**

Nota: Dos 15.302.239 m3 fornecidos em 2025, 225 346m3 foram faturados a 0€ (1º escalão) e 53 806m3 foram faturados a 0.4466€ (2º escalão).

ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2025 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi de 15 302 239 m^3, acima do consumo mínimo e do verificado no ano de 2024, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através do:

- Retorno de informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores); e da
- Eficiência com que as Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.

No âmbito dos processos de licenciamento de RAC's registou-se:
- Aprovação de funcionamento dos RAC's do sistema de saturação de ar para flotação na ETA;
- Processo de renovação de RAC de sistema de limpeza da captação superficial, encontra-se em análise pelo Organismo Licenciador (IPQ);

- Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec. Lei 194.

Em abril de 2025 foi realizada a auditoria externa de acompanhamento, tendo sido mantida a Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A empresa instalou e implementou os sistemas e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.
Continuação de introdução de informação e correções de cadastro, quando necessário, no âmbito do SIG-AQUAPOR.

RELAÇÕES COM A CONCEDENTE

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência das Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou favoravelmente. O processo aguarda escritura pública. No plano real, tem sido praticado desde 2018, por acordo com a Concedente, o tarifário e renda do último EVEF acordado.
A Comissão de Acompanhamento exerceu a sua atividade dentro do previsto.

RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Registo importante para a intervenção que a AMC-V e as Águas do Vouga têm na sociedade, numa perspetiva de aproximação e de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar a sua importância para esta região, destacando-se este ano: visitas no âmbito do "Roteiro da água", e visitas de alunos da Universidade de Aveiro.

7 ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pelas Águas do Vouga registaram um aumento de 22% face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados

	2023	2024	2025	Var. %
Vendas	8 814 098	9 108 038	10 346 393	14%
Prestações de Serviços	246	204	297	45%
Volume de Negócios	**8 814 344**	**9 108 243**	**10 346 690**	**14%**
Subsídios à Exploração	5 590	0	0	
CMVMC	25 580	20 194	16 172	-20%
Fornecimentos e Serviços Externos	3 000 369	2 649 950	2 777 236	5%
Gastos com o Pessoal	475 920	496 457	537 486	8%
Outros Resultados Operacionais	(36 915)	(40 071)	(136 939)	-242%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	**5 281 150**	**5 901 571**	**6 878 858**	**17%**
Amortizações	1 194 737	1 213 495	1 254 682	3%
Resultado operacional (RO)	**4 086 413**	**4 688 075**	**5 624 176**	**20%**
Resultados Financeiros	**16 016**	**23 073**	**89 326**	287%
Resultados Antes de Impostos	**4 102 429**	**4 711 149**	**5 713 502**	**21%**
Imposto Sobre o Rendimento	**992 021**	**1 137 960**	**1 344 700**	18%
Resultado Líquido do Exercício	**3 110 408**	**3 573 188**	**4 368 802**	**22%**

O aumento do volume de negócios em 14% decorre do aumento da venda de água.
O resultado operacional aumenta em 20%, com um impacto de 936 Milhares de euros, como consequência do aumento do volume de negócios e da redução do custo da eletricidade.

ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço

(em euros)

	2023	2024	2025	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	3 413 277	2 250 183	1 081 433	-52%
Outros	49 330	49 038	49 348	1%
Total dos Ativos não Correntes	**3 462 606**	**2 299 221**	**1 130 782**	**-51%**
Contas a Receber	2 814 999	1 596 951	5 835 307	265%
Caixa e Depósitos Bancários	3 447 626	6 328 611	5 116 149	-19%
Outros	119 156	118 070	116 543	-1%
Total dos Ativos Correntes	**6 381 781**	**8 043 632**	**11 067 999**	**38%**
Total do Ativo	**9 844 387**	**10 342 853**	**12 198 781**	**18%**
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	**7 010 408**	**7 473 188**	**8 268 802**	**11%**
Dívidas a Pagar	185 888	90 413	0	
Financiamentos Obtidos	0	0	0	
Outros	241 447	229 744	229 550	0%
Total dos Passivos não Correntes	**427 335**	**320 157**	**229 550**	**-28%**
Dívidas a Pagar	2 406 644	2 549 508	3 700 429	45%
Financiamentos Obtidos	0	0	0	
Total dos Passivos Correntes	**2 406 644**	**2 549 508**	**3 700 429**	**45%**
Total do Passivo	**2 833 979**	**2 869 665**	**3 929 979**	**37%**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**9 844 387**	**10 342 853**	**12 198 781**	**18%**

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2025 os 12.2 Milhões de euros, registando um aumento de 18% face ao ano de 2024.

O **Ativo não Corrente** diminuiu 1.2 Milhões de euros com o impacto mais significativo da amortização dos ativos intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta um aumento de 3 Milhões de euros como consequência do aumento do saldo de contas a receber em 4.2 Milhões de euros, parcialmente reduzido pelo saldo de Caixa e Depósitos bancários que registou 1.2 Milhões de decréscimo.

O aumento de 11% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.
O total do **Passivo** aumenta em 1 Milhão de euros, pelo aumento das dividas a pagar em 1 Milhão de euros.

8 PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O ano de 2026 marca o término da Concessão, sendo que o cenário mais provável, embora ainda não confirmado, aponta para uma extensão de quatro anos, com início a 1 de outubro de 2026

O orçamento para 2026, que representa o último ano da concessão, pretende cumprir o seu histórico de 30 anos:

1. Prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada;
2. Fornecer água de Qualidade;
3. Propor soluções e implementar as possíveis para aumentar a resiliência do Sistema às adversidades climáticas, incêndios, apagão energético e operacionais;
4. Manter o funcionamento em pleno do SRC II procurando otimizar o seu funcionamento;
5. Obter um bom resultado do exercício.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2025, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

1. A Entidade Concedente, a AMC-V;

2. Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente;

3. O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;

4. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;

5. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

6. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;

7. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;

8. Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2025 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;

- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;

- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2025;

- A sociedade não tem sucursais.

11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de 4 368 802 euros, tenha a seguinte distribuição:

A importância de 4 368 802 euros para distribuição de dividendos.

Albergaria - a – Velha, 29 de julho de 2026

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Vouga, S.A.
BALANÇO
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	**8**	153 227	177 232
Ativos Intangíveis	**7**	928 206	2 072 951
Outros Investimentos Financeiros	**13**	2 478	2 478
Ativos por Impostos Diferidos	**12**	46 870	46 559
		1 130 782	2 299 221
Ativo Corrente			
Inventários	**9**	116 543	118 070
Clientes	**13.1**	884 163	14 516
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	-	81 874
Outros Créditos a Receber	**13.2**	4 951 144	1 500 561
Caixa e Depósitos Bancários	**4**	5 116 149	6 328 611
		11 067 999	8 043 632
Total do Ativo		**12 198 781**	**10 342 853**
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	**13.4**	3 250 000	3 250 000
Reservas Legais	**15.2**	650 000	650 000
Resultados Líquidos do Período	**15.2**	4 368 802	3 573 188
Total do Capital Próprio		**8 268 802**	**7 473 188**
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	**11**	229 550	229 744
Outras Dividas a Pagar	**13.3**	-	90 413
		229 550	320 157
Passivo Corrente			
Fornecedores	**13**	233 183	193 483
Estado e Outros Entes Públicos	**15.1**	83 786	13 207
Outras Dividas a Pagar	**13.3**	3 383 460	2 342 163
Diferimentos	**15.9**	-	655
		3 700 429	2 549 508
Total do Passivo		**3 929 979**	**2 869 665**
Total do Capital Próprio e Passivo		**12 198 781**	**10 342 853**

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	**10**	10 346 690	9 108 243
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	**9**	(16 172)	(20 194)
Fornecimentos e Serviços Externos	**15.3**	(2 777 236)	(2 649 950)
Gastos com o Pessoal	**14**	(537 486)	(496 457)
Provisões (Aumentos/Reduções)	**11**	(11 068)	7 068
Outros Rendimentos	**15.4**	7 322	40 206
Outros Gastos	**15.5**	(133 192)	(87 345)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		**6 878 858**	**5 901 571**
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	**15.6**	(1 254 682)	(1 213 495)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		**5 624 176**	**4 688 075**
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	**15.7**	95 657	36 898
Juros e Gastos Similares Suportados	**15.8**	(6 331)	(13 825)
Resultado antes de Impostos		**5 713 502**	**4 711 149**
Impostos sobre o Rendimento do Período	**12**	(1 344 700)	(1 137 960)
Resultado Líquido do Período		**4 368 802**	**3 573 188**

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Quantias em Euros

		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	**1**	**3 250 000**	**650 000**		**3 110 408**	**7 010 408**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados				3 110 408	(3 110 408)	-
	2	-	-	3 110 408	(3 110 408)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
	3	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**4**				3 573 188	3 573 188
RESULTADO INTEGRAL	**5=3+4**				3 573 188	3 573 188
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições				(3 110 408)		(3 110 408)
	6	-	-	(3 110 408)	-	(3 110 408)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	**7=1+2+3+4+6**	**3 250 000**	**650 000**	**-**	**3 573 188**	**7 473 188**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	**7**	**3 250 000**	**650 000**	**-**	**3 573 188**	**7 473 188**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados				3 573 188	(3 573 188)	-
	8	-	-	3 573 188	(3 573 188)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						**-**
	9	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**10**				4 368 802	4 368 802
RESULTADO INTEGRAL	**11=9+10**				4 368 802	4 368 802
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições		-	-	(3 573 188)	-	(3 573 188)
	12	-	-	(3 573 188)	-	(3 573 188)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	**13=7+8+9+10+12**	**3 250 000**	**650 000**	**-**	**4 368 802**	**8 268 802**

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes		10 159 832	11 766 459
Pagamentos a Fornecedores		(2 798 091)	(3 258 868)
Pagamentos ao Pessoal		(365 778)	(410 183)
Caixa gerada pelas operações		**6 995 963**	**8 097 408**
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(1 134 383)	(957 709)
Outros recebimentos / (pagamentos)		(69 109)	(84 858)
Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)		**5 792 471**	**7 054 841**
Fluxo de caixa das Atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(4 934)	(63 447)
Financiamentos concedidos	**13**	(8 500 000)	(1 000 000)
		(8 504 934)	**(1 063 447)**
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos	**13**	1 500 000	-
		1 500 000	**-**
Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)		**(7 004 934)**	**(1 063 447)**
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	**15.2**	-	(3 110 408)
		-	**(3 110 408)**
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)		**-**	**(3 110 409)**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(1 212 462)**	**2 880 985**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	**4**	6 328 611	3 447 626
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4**	5 116 149	6 328 611

ANEXO
(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

As Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).
A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal.
As Águas do Vouga são detidas a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e as Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.
O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para as Águas do Vouga.
No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos *stocks* de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas e utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.
No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a

Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.
De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.
A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.
Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.
Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.
No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.
Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.
Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2025 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Embora a atual concessão termine em 2026, foi já apresentada à ERSAR a comunicação referente ao pedido de aditamento contratual que prevê a sua extensão por um período de quatro anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2026. Apesar de a aprovação formal se encontrar ainda pendente, este constitui o cenário mais provável à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data (Nota 17) o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

3.2 POLÍTICAS CONTABILISTICAS

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.
Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.
Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.
As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.
As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2025	2024
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.
O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/ Reversões de Depreciação e Amortização.
Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.
Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.
Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são depreciadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo fixo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.
Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de

desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;

- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são

tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.
As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).
Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor amortizável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.
As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2025	2024
Direitos de Concessão	56,87%	36,01%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	56,87%	36,01%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(B.1)DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.
As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

(C.1) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/ perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(C.2) IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 20%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 21,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 21,5% e os 28,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas

circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(D) INVENTÁRIOS

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	**Métodos de Custeio**
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2025 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(E1) AO CUSTO AMORTIZADO

São mensurados "ao custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(ii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(iii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(E2) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.
Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

(E3) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.
Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.
As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.
Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(E4) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(H.1) CAPITAL SUBSCRITO

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(H.2) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(H.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(I) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(I.2) PROVISÕES PARA PESSOAL

Esta rubrica inclui a provisão constituída para fazer face a potenciais indemnizações a pagar no termo da concessão. A empresa reconhece periodicamente nas suas contas o montante estimado a utilizar no futuro, correspondente à compensação a atribuir aos trabalhadores no final do período de concessão

(J) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(M) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(N) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

(N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de Emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e o
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação; ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 JUÍZOS DE VALOR

(A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.
O método de amortização/ depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.
Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis; e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.2.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(C) PROVISÕES

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tinham a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos à Ordem	5 116 149	6 328 611
	5 116 149	**6 328 611**

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
CTGA	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
Enviman	Manutenção Gestão Ambiental	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

	Natureza do Relacionamento	
Parte relacionada	**Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que faz**	**Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe**
Aquapor Serviços	Juros de empréstimos contratos mútuos	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.
CTGA	Estudos e Projetos	
Enviman	Gestão de Residuos	

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2025	83 372	529 356	-	1 381 244	4 926 812
	2024	32 263	472 225	14 103,20 €	1 227 952	1 500 000
Luságua Serviços Ambientais	2025	4 402	87 814	400,00 €	14 995	-
	2024	4 514	84 479	413,13 €	10 905	-
CTGA	2025	-	75 000	-	92 250	-
	2024	27 500	-	-	-	-
Enviman	2025	-	-	-	-	-
	2024	650	-	-	-	-

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2025	2024
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	133 863	132 564
Total de remunerações	**133 863**	**132 564**

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e amortização acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de Janeiro de 2024	**23 050 779**	**63 410**	**383 323**	**23 497 511**
Aumentos	-	-	-	0
31 de Dezembro de 2024	**23 050 779**	**63 410**	**383 323**	**23 497 511**
Aquisições	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2025	**23 050 779**	**63 410**	**383 323**	**23 497 511**

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de Janeiro de 2024	**19 913 724**	**63 410**	**303 461**	**20 280 595**
Amortizações	1 136 290	-	7 675	1 143 964
31 de Dezembro de 2024	**21 050 014**	**63 410**	**311 136**	**21 424 559**
Amortizações	1 139 096		5 649	1 144 745
31 de Dezembro de 2025	**22 189 110**	**63 410**	**316 785**	**22 569 304**
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de Dezembro de 2025	**861 669**	**0**	**66 538**	**928 206**
A 31 de Dezembro de 2024	**2 000 765**	**0**	**72 187**	**2 072 952**
A 1 de Janeiro de 2024	**3 137 055**	**0**	**79 862**	**3 216 916**

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de Janeiro de 2024	**8 678**	**401 374**	**10 499**	**109 042**	**76 756**	**606 349**
Aumentos	-	44 069	-	6 332	-	50 401
31 de Dezembro de 2024	**8 678**	**445 443**	**10 499**	**115 374**	**76 756**	**656 750**
Aumentos	-	82 283	-	2 980	669	85 932
Abates				(1 300)	(560)	(1 860)
31 de Dezembro de 2025	**8 678**	**527 726**	**10 499**	**117 054**	**76 865**	**740 822**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Depreciações e Imparidade:						
1 de Janeiro de 2024	**4 466**	**216 416**	**10 250**	**103 234**	**75 623**	**409 989**
Depreciações	392	66 660	98	2 165	217	69 531
31 de Dezembro de 2024	**4 857**	**283 076**	**10 348**	**105 399**	**75 840**	**479 519**
Depreciações	392	106 610	89	2 587	259	109 937
Abates				(1 300)	(560)	(1 860)
31 de Dezembro de 2025	**5 248**	**389 685**	**10 437**	**106 686**	**75 539**	**587 595**
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de Dezembro de 2025	**3 430**	**138 041**	**62**	**10 368**	**1 326**	**153 227**
A 31 de Dezembro de 2024	**3 821**	**162 368**	**151**	**9 975**	**916**	**177 232**
A 1 de Janeiro de 2024	**4 212**	**184 958**	**249**	**5 808**	**1 133**	**196 360**

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2025	2024
7 Contratos de aluguer de viaturas	132 138	168 852
	132 138	**168 852**

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2025	2024
	Valor Presente	**Valor Presente**
Não mais de um ano	50 295	46 383
Mais de um ano	81 844	122 469
Total dos Pagamentos	**132 138**	**168 852**

9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2025	2024
Matérias primas, Subs. e de Consumo	116 543	118 070
	116 543	**118 070**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de Janeiro de 2024	117 388	117 388
Compras	20 876	20 876
Existências em 31 de Dezembro de 2024	(118 070)	(118 070)
	20 194	**20 194**
Existências em 1 de Janeiro de 2025	118 070	118 070
Compras	14 645	14 645
Existências em 31 de Dezembro de 2025	(116 543)	(116 543)
	16 172	**16 172**

10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2025	2024
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios - Água	10 346 393	9 108 038
	10 346 393	**9 108 038**
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	297	204
	297	**204**
	10 346 690	**9 108 243**

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2024	33 218	208 229	241 447
Reversões do ano	(5 770)	(1 298)	(7 068)
Ajustamento	(4 635)	-	(4 635)
A 31 de Dezembro de 2024	**22 813**	**206 931**	**229 744**
A 1 de Janeiro de 2025	22 813	206 931	229 744
Aumentos do ano	-	11 068	11 068
Ajustamento	(11 262)	-	(11 262)
A 31 de Dezembro de 2025	**11 551**	**217 999**	**229 550**

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2025	2024
Imposto Corrente		
IRC do ano	1 345 010	1 137 668
	1 345 010	**1 137 668**
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(310)	292
	(310)	**292**
	1 344 700	**1 137 960**

Não houve introdução de novos impostos, contudo, a taxa de IRC foi alterada para 20%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado antes de impostos	5 713 502	4 711 149		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	20,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	1 142 700	989 341	20,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	11 262	11 703		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	3 286	35 897		
Benefícios fiscais	3 640	385		
	18 188	47 984	(6,56%)	(6,70%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	450	-		
Amortizações não aceites fiscalmente	7 680	-		
Provisões para além limites legais	11068	7 675		
Correções relativas a exercícios anteriores	250	-		
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	6 000	-		
Outros	694	1 012		
	26 142	8 687	(6,59%)	(5,54%)
Lucro tributável	5 721 457	4 671 851		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	20,00%	21,00%		
Imposto calculado	1 142 291	979 089	19,99%	20,78%
Tributação autónoma	7 418	7 362	0,13%	0,16%
Derrama	68657	56 062	1,20%	1,19%
Derrama Estadual	126644	95 156	2,22%	2,02%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(310)	292	(0,01%)	0,01%
	202 409	158 872	3,54%	3,37%
Imposto sobre o rendimento	**1 344 700**	**1 137 960**	**23,54%**	**24,15%**

Os ativos impostos diferidos reconhecidos no balanço detalham-se da seguinte forma:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Impostos Diferidos Ativos				
Provisões não aceites fiscalmente	46 870	46 559	(310)	292
	46 870	**46 559**	**- 310**	**292**

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2025	2024
Não corrente		
Outros Ativos financeiros	2 478	2 478
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	884 163	14 516
	884 163	**14 516**
Acionistas	4 926 812	1 500 000
Outros créditos a receber	24 332	561
	4 951 144	**1 500 561**
	5 835 307	**1 515 077**

Instrumentos Financeiros Passivos	2025	2024
Não corrente		
Outras contas a pagar	-	90 413
	-	**90 413**
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	156 723	120 225
Países Comunitários	5 525	-
Outras partes relacionadas	70 935	73 258
	233 183	**193 483**
Outras dividas a pagar	3 383 460	2 342 163
	3 383 460	**2 342 163**

Instrumentos de Capital	2025	2024
Capital	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	**3 250 000**

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 121 Dias
Ano 2025	884 163	884 163	-	-	-	-	-
Ano 2024	14 516	14 516	-	-	-	-	-

13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	24 030	-
Outros devedores		
Acionistas/Sócios	4 926 812	1 500 000
Outros	302	561
	4 951 144	**1 500 561**

O Saldo da rubrica "Acionistas/Sócios" é referente ao contrato mútuo, celebrado entre as Águas do Vouga e Acionista Aquapor.

13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Outras dividas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	-	90 413
	-	**90 413**
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	90 801	71 806
Outros	1 850 647	1 002 644
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	97 002	130 044
Outros	1 345 010	1 137 668
	3 383 460	**2 342 163**

O saldo da rubrica "Credores por acréscimos de gastos-outros" contém um montante de 1.669.722€, de julho de 2024 a de dezembro de 2025, referente ao fornecedor de energia, devido a dificuldades de reconciliação das faturas com o consumo efetivo da empresa.
O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.
O saldo da rubrica "Outros Credores – outros" inclui o montante de 1.345.010 Euros referente à estimativa de imposto do exercício a pagar à Aquapor Serviços, S.A. no âmbito do RETGS (Nota 12).

13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal emitido são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2025	2024
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Aquapor – Serviços, S.A.	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	**3 250 000**

13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2025:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
N00405569	Novo banco	2 992 787	-	Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de contrato de concessão

13.6 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.
No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.
Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.
A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.
A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.
A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.
A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.
No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.
A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.
A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e as outras dívidas a pagar.
A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outros créditos a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa; e
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	98 895	107 374
Remunerações do Pessoal	329 897	286 139
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	88 946	84 942
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 849	5 670
Gastos de ação social	11 126	9 293
Outros gastos com o Pessoal	2 772	3 039
	537 486	**496 457**

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2025 foi de 15 (2024: 14 pessoas).

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Saldo a Receber		
IVA	-	81 874
	-	**81 874**
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 295	4 303
IVA	69 915	-
Contribuição para a Segurança Social	9 575	8 904
	83 786	**13 207**

A Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 passou a integrar o RETGS do Grupo, do qual a Aquapor Serviços, S.A. é a entidade dominante. Por este motivo, o montante relativo a estimativa de imposto do exercício encontra-se reconhecida como uma conta a pagar à Aquapor Serviços, S.A. uma vez que é esta entidade que faz os pagamentos por conta das Empresa do Grupo inseridas no RETGS (Nota 13.3).

15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	**650 000**		**3 110 408**	**3 760 408**
Dividendos	-	(3 110 408)	-	(3 110 408)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	3 110 408	(3 110 408)	-
Resultado do ano			3 573 188	3 573 188
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	**650 000**	**-**	**3 573 188**	**4 223 188**
Saldo em 1 de Janeiro de 2025	650 000	-	3 573 188	4 223 188
Dividendos	-	(3 573 188)	-	(3 573 188)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	3 573 188	(3 573 188)	-
Resultado do ano			4 368 802	4 368 802
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	**650 000**	**-**	**4 368 802**	**5 018 802**

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 04 de abril de 2025, o resultado líquido do exercício de 2024, no valor de 3.573.188 Euros foi aprovado para distribuição de dividendos.

A distribuição de dividendos foi regularizada por encontro de contas com valores anteriormente adiantados sob a forma de financiamentos concedidos pela sociedade, tendo os dividendos aprovados sido utilizados para compensar os respetivos saldos a receber.

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2023: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 28 de março de 2024, o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 3.110.408 Euros foi aprovado para distribuição de dividendos.

15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Subcontratos	92 982	97 521
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	13 923	17 371
Publicidade e propaganda	1 903	1 786
Vigilância e segurança	1 600	1 600
Honorários	14 970	1 560
Conservação e reparação	57 438	83 034
Despesas Bancárias	23 057	23 139
Outros	643 672	532 639
Materiais		
Ferramentas e utensílios	214	814
Material de escritório	281	1 464
Energia e Fluídos		
Eletricidade	1 546 568	1 512 204
Combustíveis	37 692	45 095
Outros Fluidos	195 022	182 755
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10 476	7 860
Transportes de Mercadorias	49	44
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	54 680	58 965
Comunicação	7 054	8 393
Seguros	18 421	19 769
Contencioso e notariado	434	339
Despesas de representação	303	411
Limpeza, higiene e conforto	7 374	10 643
Outros	49 123	42 546
	2 777 236	**2 649 950**

15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Rendimentos Suplementares		
Outros	4 036	4 309
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	3 286	35 897
	7 322	**40 206**

15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Impostos	121 190	86 202
Outros		
Donativos	11 550	950
Outros Não Especificados	452	193
	133 192	**87 345**

15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÃO

A rubrica de "Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	109 937	69 531
Ativos Intangíveis	1 144 745	1 143 964
	1 254 682	**1 213 495**

15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de "Juros e Rendimentos Similares Obtidos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Juros Obtidos		
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos	83 372	32 263
Atraso de pagamento de clientes		
Outros Rendimentos Similares	12 285	4 635
	95 657	**36 898**

15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de "Juros e Gastos Similares Suportados" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2025	2024
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	26	23
Outros		
Renda de concedente	6 305	13 802
	6 331	**13 825**

15.9 DIFERIMENTOS

Os rendimentos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2025	2024
Rendimentos a reconhecer		
Outros	-	(655)
	-	**(655)**

16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2025 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.
Em 2025 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 29 de julho de 2026, pelo Conselho de Administração.
Desde 31 de dezembro de 2025 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

a) Em obediência ao disposto no n. º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

b) Em obediência ao disposto no n. º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2025, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;

d) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2026, nos prazos legais.